

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC LUIZ HELENO MACHADO MAIA

OS BOMBARDEIOS NUCLEARES ÀS CIDADES DE HIROSHIMA E NAGASAKI:

a rendição do império japonês.

Rio de Janeiro

2018

CC LUIZ HELENO MACHADO MAIA

OS BOMBARDEIOS NUCLEARES ÀS CIDADES DE HIROSHIMA E NAGASAKI:  
a rendição do império japonês.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Sandro Baptista Monteiro

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2018

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, por iluminar o meu caminho e por permitir que pudesse chegar até aqui, gozando de plena saúde para concluir mais essa importante etapa da carreira.

À minha esposa Ana Paula e filhos Arthur e Miguel, pela compreensão nos momentos em que estive ausente e por todo o amor que sempre me dedicam.

Ao meu orientador, CF Sandro Baptista Monteiro, por seus valorosos conselhos e observações, que contribuíram decisivamente para o incremento na qualidade deste trabalho.

Aos meus companheiros da “Turma Almirante Barroso”, por todo o apoio e incentivo em todos os momentos.

## RESUMO

O propósito do trabalho é verificar a aderência da teoria do bombardeio estratégico, formulada por Giulio Douhet, publicada na década de 1920, com os bombardeios nucleares às cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, ao final da Segunda Guerra Mundial e a posterior rendição do Japão. Para alcançar esse propósito, utilizou-se o método indutivo, de maneira a estudar o objeto delimitado nos ataques nucleares supracitados, abordando os momentos que os precederam e, os que os sucederam. Primeiramente, abordou-se a teoria do domínio do ar, formulada por Giulio Douhet, com ênfase nos bombardeios estratégicos concentrados em cidades com pouca ou nenhuma proteção. Posteriormente, verificaram-se alguns eventos ocorridos antes dos referidos ataques nucleares e como esses se relacionaram com os principais fatores que influenciaram a decisão estadunidense sobre o emprego das bombas nucleares contra o Japão. Analisaram-se ainda, os efeitos físicos e psicológicos, sentidos pelos japoneses depois dos ataques nucleares e, as suas relações com os principais fatores que contribuíram para a decisão japonesa de rendição, ao final da guerra. Nesse contexto, verificou-se que diante dos procedimentos previstos na teoria abordada, como o controle do ar prévio, a seleção dos alvos, a natureza destrutiva dos ataques e os efeitos psicológicos esperados no inimigo depois dos bombardeios tipificados, foi observado um elevado grau de aderência com os principais fatores que permearam a decisão estadunidense quanto ao emprego da bomba atômica contra o Japão, além dos seus respectivos efeitos desejados, como: a superioridade aérea local estadunidense nas áreas escolhidas como alvo; os efeitos físicos da bomba atômica tinham as mesmas características destrutivas previstas na referida teoria; a seleção de alvos priorizou áreas centrais urbanas, contendo edifícios residenciais, escolas e hospitais; e os efeitos desejados com os ataques nucleares eram o abalo do moral da população e por consequência, dos governantes, levando esses últimos a desistirem da guerra. Concluiu-se ainda que em relação aos efeitos posteriores aos ataques e à rendição do Japão, da ótica do Japão, foi observado uma aderência parcial à teoria abordada, uma vez que não é possível afirmar que houve abalo no moral da população atingida e dos governantes e, além desse, existiram outros fatores, igualmente importantes que contribuíram sobremaneira para a rendição do Japão.

Palavras-chave: Hiroshima e Nagasaki. Bombardeio estratégico. Bomba atômica.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>BOMBARDEIO DO TERROR .....</b>	<b>7</b>
2.1	SURGE UMA NOVA ARMA E UM NOVO AMBIENTE DE GUERRA .....	7
2.2	A VITÓRIA PSICOLÓGICA .....	12
<b>3</b>	<b>A DECISÃO SOBRE O USO DA ARMA NUCLEAR .....</b>	<b>16</b>
3.1	OS FATORES QUE INFLUENCIARAM A DECISÃO .....	16
3.2	A DECISÃO FINAL .....	25
<b>4</b>	<b>OS EFEITOS DOS ATAQUES NUCLEARES E A RENDIÇÃO JAPONESA ..</b>	<b>35</b>
4.1	OS MOMENTOS QUE SUCEDERAM OS ATAQUES DE HIROSHIMA E NAGASAKI E SEUS PRINCIPAIS EFEITOS .....	35
4.2	A RENDIÇÃO DE UM IMPÉRIO .....	39
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>46</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>50</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história das guerras e até mesmo dos conflitos armados mais recentes, são observadas várias ações táticas realizadas e seus respectivos efeitos nos níveis estratégico e político com elevados graus de aderência às Estratégias formuladas por teóricos clássicos, por vezes, muito tempo antes dos referidos casos concretos.

Nesse contexto, o propósito deste trabalho acadêmico é buscar, por meio de ampla pesquisa, uma resposta à seguinte questão: Teria a rendição do Japão, após os bombardeios de Hiroshima e Nagasaki, ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), aderência ao antecipado na teoria do Bombardeio Estratégico, formulada por Giulio Douhet (1869-1930)?

Para se chegar ao propósito, abordaremos inicialmente a teoria do domínio do ar, formulada por Giulio Douhet, publicada na década de 1920, após os ensinamentos colhidos na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com ênfase nos bombardeios estratégicos concentrados, a cidades com pouca ou nenhuma proteção, causando a destruição total das construções e da vida humana, dentro do raio de destruição do armamento empregado pelas aeronaves lançadoras, e os seus consequentes efeitos sobre o moral do Estado beligerante que sofre o ataque, levando-o a desistir do combate.

Posteriormente, analisaremos os principais fatores que levaram os Estados Unidos da América à decisão de usar o armamento nuclear contra o Japão, concentrados nas cidades de Nagasaki e Hiroshima, tanto da ótica interna como da externa, com o foco nas questões que cercavam o Presidente estadunidense e seus principais assessores, explorando os seus efeitos desejados e expectativas anteriores aos lançamentos, assim como, suas consequências para o Japão, como Estado beligerante, perante essa nova ameaça, comprovadamente devastadora.

Estudaremos ainda, os efeitos físicos dos ataques nucleares às cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, além da sua repercussão na população japonesa, nos militares e no

governo central, representado pelo Imperador japonês e seus principais assessores, onde teremos o propósito de verificar como esses ataques influíram na decisão do Japão pela rendição ao final da guerra, sob o ponto de vista japonês, comparando com os demais fatores que envolviam o Imperador japonês e seus principais assessores, e as suas respectivas contribuições durante o processo decisório que levou a capitulação do Império do Japão ao final da guerra.

O trabalho utilizará o método indutivo, a partir do conflito armado supracitado, indicando as suas relações e chegando a conclusões sobre os fatores pertinentes ao objeto de estudo escolhido. Em relação à finalidade, o trabalho é de cunho descritivo, já que são abordados os conceitos, teorias e fatos históricos amplamente consagrados. Quanto ao tipo e procedimento, o trabalho se apresenta como pesquisa bibliográfica, constituindo-se de consultas em livros de autores que são referências internacionais sobre os assuntos pesquisados.

Isso posto, o trabalho está estruturado em cinco capítulos. Inicialmente, a introdução estabelece o propósito, os objetivos e a estrutura do trabalho. Na parte do desenvolvimento e análise, o segundo capítulo indicará a teoria e os conceitos relevantes que servirão de referência para o propósito final do trabalho. O terceiro capítulo abordará os principais fatores que levaram os Estados Unidos da América a decisão de bombardear as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki com bombas atômicas, ao final da Segunda Guerra Mundial. O quarto capítulo abordará os efeitos após os referidos bombardeios e os principais fatores que influenciaram a decisão de rendição japonesa. Finalmente, a conclusão deste trabalho reunirá as aderências observadas entre a teoria e o caso concreto abordados, caso existam.

## 2 BOMBARDEIO DO TERROR

Neste capítulo, vamos abordar a teoria do Domínio do Ar, formulada por Giulio Douhet, publicada na década de 1920, baseada nos ensinamentos colhidos durante a Primeira Guerra Mundial, em que daremos ênfase ao bombardeio estratégico concentrado em áreas habitáveis, sem proteção, de maneira a abalar o moral do inimigo, fazendo com que esse desista do combate. Sabemos, portanto, que essa teoria foi amplamente discutida e criticada por vários autores importantes que também falaram sobre o Domínio do Ar, discordando parcialmente da teoria formulada por Giulio Douhet. Porém, para efeito deste estudo, não abordaremos as opiniões diferentes de Giulio Douhet, a fim de verificar a sua aderência com o caso real que será exposto nos capítulos subsequentes.

### 2.1 SURGE UMA NOVA ARMA E UM NOVO AMBIENTE DE GUERRA

O triunfo na batalha seria destinado àqueles que antecipassem os novos desenvolvimentos na essência geral da guerra e não àqueles que se adaptam a estes desenvolvimentos depois que ocorrem. No período entre o início do século XX e o final da Primeira Guerra Mundial, marcado por súbita mudança de uma forma de guerra para outra, aquele que ousada e decisivamente adotasse o novo caminho receberia inestimáveis recompensas, porque estaria de posse de todas as vantagens que a nova forma de guerra tem sobre a antiga (DOUHET, 1988).

O jogo tático e estratégico da guerra preveria, resumidamente, que a grande vantagem do ataque seria permitir ao atacante a iniciativa das operações, concedendo a este, a total liberdade na escolha do ponto onde seria deflagrada a luta, além da concentração de grande parte da sua força neste ponto. Já o inimigo, seria colocado na defensiva, sem o conhecimento sobre o local e a data em que seria atacado, sendo assim, obrigado a dividir suas forças entre todos os seus pontos mais vulneráveis ou de maior relevância, de maneira



que depois poderia concentrá-las no ponto de seu território escolhido como objeto de ataque pelo inimigo (DOUHET, 1988).

As operações de guerra executadas a partir do ar, por meio das novas máquinas de combate, viriam a privilegiar os Estados que, de maneira visionária, entenderiam suas vantagens sobre o inimigo, sobretudo na possibilidade da iniciativa das ações, escolhendo assim, o teatro que deseja operar e os alvos que deseja atacar, sem que o inimigo possa de maneira antecipada prover uma defesa eficaz.

Os bombardeios executados do ar, normalmente, não alcançariam a precisão do fogo de artilharia, porém, isto se tornaria inconsequente, uma vez que aceitássemos que essa precisão fosse desnecessária, pois, exceto em casos especiais, os alvos de artilharia estariam prontos para a defesa do fogo dos canhões, enquanto que os alvos mais adequados aos bombardeios aéreos seriam aqueles que não estariam preparados para esse tipo de ataque (DOUHET, 1988).

Para termos uma ideia do verdadeiro significado dos ataques aéreos a que nos referimos, suponhamos que 100 quilos de material ativo<sup>1</sup> sejam suficientes para acarretar a destruição de uma área circular de 25 metros de raio, sendo essa suposição feita conforme as condições reais do período em que esta teoria foi formulada. Então, se a ação desse material deve se estender por uma área de 500 metros de diâmetro, precisaríamos de cem vezes 100 quilos de material ativo, ou, em outras palavras, dez toneladas, sendo que, dez toneladas de material ativo requerem dez toneladas de metal. No período em que essa teoria foi formulada, já existiam aeroplanos que poderiam transportar uma carga de duas toneladas, ou seja, dez destes aviões seriam capazes de carregar as bombas necessárias para destruir inteiramente tudo que exista numa área de 500 metros de diâmetro. Para que pudéssemos chegar a este resultado, deveríamos treinar as tripulações dos dez aeroplanos, capacitando-as a lançar sua

---

<sup>1</sup> Para efeito deste estudo, vamos considerar material ativo como o material que compõe a carga útil a que se propõe a bomba, ou seja, em uma bomba explosiva, o material ativo seria a carga de material responsável pela explosão, desprezados os demais materiais que compõem o corpo da referida bomba.

carga de bombas sobre aquela área de maneira mais uniforme possível (DOUHET, 1988).

Essas ponderações nos ajudam a definir a potencialidade da unidade de bombardeio, que deve ser capaz de destruir completamente um determinado alvo de dimensões pré definidas. Na opinião de Giulio Douhet, as dimensões desta área a ser destruída deveria ser as de um círculo de 500 metros de diâmetro. Considerando que as colocações anteriores estejam corretas, a unidade de bombardeio deveria consistir de dez aeroplanos, com capacidade de transportar duas toneladas de bombas, cada um. Independente de tudo isso, as experiências práticas ajudariam a definir os valores exatos para os empregos reais. Em relação as tripulações, como já foi anteriormente colocado, deveriam ser capacitadas de maneira a lançarem suas cargas o mais uniforme possível, dentro de uma área circular de 500 metros de diâmetro, prevendo uma altitude média para o lançamento de 3.000 metros, por exemplo. Dependendo do grau de resistência física contra a destruição, do alvo escolhido, o diâmetro da área a ser destruída, assim como a altitude de lançamento poderiam ser alterados, ou seja, onde esse grau de resistência for menor, poderíamos aumentar o diâmetro da área a ser destruída, lançando as cargas de uma maior altitude. Por outro lado, quando este grau de resistência for maior, esse diâmetro poderia ser reduzido, lançando as cargas de uma altitude menor. Porém, essas considerações seriam detalhes de importância secundária, quando o mais importante, segundo esse conceito, seria que a unidade de bombardeio não mais representaria uma forma vaga e imprecisa de ofensiva. Pelo contrário, a unidade de bombardeio se tornaria uma arma de ataque precisa e bem definida, capaz de destruir tudo que se encontrasse dentro de uma área de 500 metros de diâmetro (DOUHET, 1988).

A definição da unidade de bombardeio, conforme foi definida por Giulio Douhet, considerava a tecnologia militar e civil presentes à época, sendo a sua implementação, razoavelmente simples, dependendo apenas de priorização de recursos, em que a sua

implementação seria fundamental para o sucesso em campanhas militares, por meio da destruição total dos alvos escolhidos.

Já em 1909, muito antes da Primeira Guerra Mundial, o ainda Major Giulio Douhet escreveu sobre as suas percepções do ambiente aéreo e como ele influenciaria os conflitos que estariam por vir:

O fato de que o ar esteja na iminência de tornar-se campo de batalha de não menos importância que a terra e o mar, naturalmente parece estranho a nós que vivemos sempre inexoravelmente atados à superfície da terra, que sorrimos quase com pena dos esforços desses poucos pioneiros cuja clarividência deixamos de reconhecer, que possuímos apenas exércitos e marinhas. Mas devemos imediatamente acostumar-nos a esta ideia e começar a preparar-nos para o novo tipo de conflito. Mesmo havendo nações cujas fronteiras não sejam tocadas pelas ondas do mar, não há nação que não sinta o brando sopro do ar sobre ela. No futuro então, em lugar de dois, teremos três campos de batalha bem distintos entre si e em cada um deles, a luta, embora executada com meios diferentes, deve ser coordenada com uma única finalidade em vista, e esta finalidade será sempre a mesma: a vitória. Atualmente, estamos plenamente cientes da importância de obter o domínio do ar. Muito em breve o domínio do ar será de não menor importância, porque, a menos que tenhamos o domínio do ar, não poderemos tirar proveito das vantagens que podem ser resumidas na frase: do ar é possível ver bem e do ar é fácil atacar. Haverá, portanto, luta feroz para obter o domínio do ar. As nações civilizadas, a fim de se armarem para esta nova batalha, começarão a reunir e a preparar os meios adequados. Como em todo conflito, sendo iguais as demais condições, o fator numérico prevalecerá. Haverá constante competição entre as várias forças aéreas (da mesma forma que tem sempre havido entre exércitos e marinhas) e esta contenda só será restringida pelo fator econômico. Esta luta inevitável pela supremacia, fará as frotas aéreas do mundo aumentarem em tamanho e adquirirem maior importância. O Exército e a Marinha não devem considerar o aeroplano como meio auxiliar a ser utilizado em certas ocasiões especiais. Não, o Exército e a Marinha devem encarar o aeroplano como terceiro irmão, mais jovem, porém não menos importante na poderosa família de guerra. (DOUHET, 1988, p. 51)

Após as constatações da Primeira Guerra Mundial, quando a referida teoria foi formulada e publicada, o então General Giulio Douhet afirmou em seu trabalho, não desejar mudar nada do que havia escrito onze anos antes, pois o tempo confirmara as suas afirmativas, mesmo que o conceito de domínio do ar não tenha, ainda na década de 1920, sido totalmente aceito, em toda a sua verdadeira acepção. Porém, já era observado que esse conceito vinha ganhando aceitação rapidamente, especialmente fora da Itália (DOUHET, 1988).

Da declaração sobre o Domínio do Ar<sup>2</sup>, chegaríamos a conclusão que para garantir

<sup>2</sup> Domínio do ar significa *vitória*, ser derrotado no ar significa *derrota* além de estabelecer a necessidade de aceitar quaisquer condições que o inimigo queira impor (DOUHET, 1988, p. 52).

a defesa nacional de um determinado Estado, seria necessário e suficiente que esse Estado esteja em condições de obter o domínio do ar por ocasião de um conflito que por ventura venha a se envolver. Sendo assim, todas as providências adotadas por um Estado para assegurar a sua defesa deveriam ser direcionadas à finalidade de prover-se com os meios necessários para a obtenção do domínio do ar, na ocorrência de um conflito. Dessa forma, todo esforço e todo recurso não direcionado para esta meta essencial reduziria significativamente a possibilidade de obtenção do domínio do ar e, conseqüentemente, reduziriam as possibilidades de ser vitorioso. Assim, todo desencaminho dessa meta essencial seria um erro (DOUHET, 1988).

Para obtenção do domínio do ar ou, em outras palavras, ter sucesso em impossibilitar que o inimigo voe, seria necessário despojar o inimigo de todos os seus meios de voar, onde quer que eles estivessem, no ar, nas bases ou nas fábricas, ou seja, onde quer que fossem encontrados ou onde quer que fossem criados. Essa tarefa de destruição só poderia ser concluída no ar, dentro do território inimigo, uma vez que ela somente poderia ser feita pelas armas aéreas. Os meios de combate próprios para os ambientes de guerra terrestre e marítimo não poderiam participar desta ação destrutiva. Logo, o domínio do ar só poderia ser obtido por um poder aéreo apropriado. Por oportuno, poderíamos afirmar que a defesa nacional só poderia ser garantida por uma força aérea que fosse perfeitamente capaz, na possibilidade de um conflito, de obter o domínio do ar, onde negar esta afirmativa, seria refutar também o valor do domínio do ar (DOUHET, 1988).

Em virtude do que foi mencionado, observamos que o uso do aeroplano como arma de guerra, sobretudo como bombardeiro, proveria ao Estado beligerante que o possui em quantidade e qualidade técnica adequada, a iniciativa das ações, e dependendo do seu raio de alcance e localização de suas respectivas bases, imporia um problema militar complexo na organização das defesas do Estado em oposição. Uma vez que teríamos um ataque tão

imponente contra uma defesa repleta de incertezas, o Estado beligerante que possuir o domínio do ar, ou seja, garantir o uso do ambiente aéreo às suas forças e impedir que o inimigo o use, teria assim, inegável vantagem no conflito e seria levado à vitória.

## 2.2 A VITÓRIA PSICOLÓGICA

O advento dos meios aéreos capazes de transportar consideráveis quantidades de cargas, no início do século XX, acompanhado das produções de materiais ativos, como explosivos, incendiários e gases venenosos, cujas construções em quantidade suficiente destes meios e materiais não requeriam recursos excepcionais, reforçariam a ideia de que não seria complexa a construção de uma frota aérea capaz de lançar centenas de toneladas destes materiais ativos. Os ataques realizados por uma frota aérea desse tipo, provocariam tanto a destruição do material como a influência sobre o moral, de maneira muito superior àqueles provocados por todos os outros métodos de ataque conhecidos (DOUHET, 1988).

O Estado que possuísse o domínio do ar e, uma força atacante adequada seria capaz de proteger o seu território e seus mares circundantes de ataques aéreos, além de impedir o inimigo de realizar qualquer ação aérea auxiliar, como em operações terrestres e marítimas. Além disso, ele poderia impor ao inimigo ataques de natureza tenebrosa, aos quais este não poderia reagir. Por meio desses ataques seria possível isolar o exército e a marinha inimigos de suas bases e provocar, no território adversário, toda forma de destruição que poderia rapidamente abalar tanto a resistência material como a moral. Como afirmou Giulio Douhet, tudo isto já ocorria na década de 1920, não se tratando de previsões ou projeções futuras, e todas estas possibilidades nos direcionariam para o fato de que o domínio do ar significaria vitória, e que a derrota no ar seria o mesmo que ser conquistado e obrigado a ceder a quaisquer condições que o inimigo nos quisesse impor (DOUHET, 1988).

Uma vez estabelecido o domínio do ar, na sua concepção, conforme exposto

anteriormente, por uma força aérea com meios capazes de realizar bombardeios, com os materiais ativos supramencionados, seriam priorizadas as linhas de comunicações logísticas do exército e marinha inimigos, inviabilizando seus empregos continuados, deixando assim o seu território exposto a esses tipos de ataque que abalariam a resistência material e moral do inimigo.

Seria ou não verdade que o mais forte exército disposto ao longo dos Alpes e a mais poderosa marinha navegando em mares circundantes italianos, nada seriam capazes de fazer para impedir o inimigo, com uma força aérea devidamente preparada, de cortar as comunicações de nossas forças e nossas unidades provocando confusão e pânico em toda a Itália? Esta pergunta poderia ser respondida como: *não é verdade*, se for considerado conveniente não conceber os meios indispensáveis, além dos meios do exército e da marinha, para impossibilitar um possível inimigo de executar tais ações (DOUHET, 1988, grifo nosso).

O Estado que compreendesse o grau de importância que o domínio do ar teria para a vitória, em caso de conflito, deveria investir os seus recursos de Defesa prioritariamente em meios capazes de garanti-lo e evitar que o inimigo o possuísse, em quantidade adequada, mesmo que em detrimento de meios do exército e da marinha.

O princípio implícito para todos os bombardeios aéreos consistiria que a ação de bombardeio deveria destruir completamente o alvo selecionado, de maneira que não fosse preciso realizar o ataque novamente ao mesmo alvo, em virtude dos riscos envolvidos na aproximação de um bombardeiro ao alvo, em que seria aconselhável que tal risco só ocorresse uma vez, para cada alvo selecionado. Além disso, a destruição completa do alvo selecionado, traria além dos resultados materiais, uma forte influência no moral, chegando a ter imensas repercussões, semeando o imaginário da população de áreas povoadas do território inimigo com a notícia de que, no caso de seus centros serem escolhidos pelo inimigo, eles seriam totalmente destruídos e as pessoas não teriam chance de escapar. Ficando definido, assim, que

os alvos selecionados para os ataques aéreos seriam áreas de determinadas dimensões, possuindo no seu interior: edifícios, casas, fábricas, etc, assim como certa quantidade de habitantes (DOUHET, 1988).

Para garantir a destruição de tais alvos, seria necessário utilizar três tipos de bombas: explosivas, incendiárias e de gases venenosos, balanceadas entre si, em proporções corretas. As bombas explosivas causariam a destruição inicial, as incendiárias dariam início aos incêndios e as bombas de gases tóxicos impediriam que os habitantes extinguissem os incêndios. Sendo que esta última ação deveria durar muito tempo, até por alguns dias, podendo este resultado ser alcançado quer pelo material de alta qualidade, quer pelo emprego de bombas de ação retardada e de duração variável. Dessa forma, seria possível, mesmo com quantidades reduzidas de bombas explosivas e incendiárias, provocar a total destruição de áreas densamente povoadas e, por um considerável período de tempo, impedir o trânsito por estas áreas, o que traria uma enorme vantagem, quando o objetivo fosse interromper determinadas linhas de comunicação do inimigo. Esses casos, porém, só poderiam ocorrer quando se desejar atacar grandes centros povoados, onde, devido às infalíveis repercussões sobre o moral, seria possível alcançar o efeito desejado sem a necessidade do emprego de maior número de unidades. Como seriam as reações, por exemplo, dos moradores de uma grande cidade, como Londres, Paris ou Roma, se uma, duas, ou talvez quatro áreas de 500 metros de diâmetro, densamente povoadas, fossem totalmente destruídas? (DOUHET, 1988).

O que poderia fazer um exército, contra um potencial de poder atacante adverso deste tipo, uma vez que fossem interrompidas as suas linhas de comunicação, incinerados os seus armazéns, destruídos seus centros de produção e suprimentos? E o que poderia fazer uma armada caso não houvesse mais segurança em seus portos, se suas bases, arsenais e navios de apoio tivessem sido destruídos? E como uma nação continuaria a viver e trabalhar, vivendo sob a constante ameaça, do tenebroso pesadelo da destruição coletiva iminente? Porque seria

importante que se tivesse em mente, o fato de que o ataque aéreo não seria realizado exclusivamente contra alvos de baixa resistência material, mas também contra aqueles de mínima resistência moral (DOUHET, 1988).

Tendo em vista os aspectos observados, o ataque por meio de bombardeio aéreo tem início na seleção de alvos, onde seriam definidos a partir dos efeitos desejados, variando entre alvos militares e civis. As cargas de materiais ativos, deveriam ser balanceadas entre bombas explosivas, incendiárias e venenosas, com maior prioridade para estas últimas, de maneira que as áreas atacadas permanecessem inacessíveis, pelo maior tempo possível, garantido assim, a total destruição da área selecionada, incluindo as pessoas ali presentes. Dentre os alvos militares, seriam atacadas as linhas de comunicações logísticas, eliminando os esforços de guerra do inimigo, isolando seu exército e sua marinha dos respectivos apoios necessários às manutenções dos potenciais combatentes. Tais ataques realizados com sucesso, por si só, já trariam enorme abalo ao moral do inimigo, porém, os ataques a alvos civis, onde teríamos uma total destruição das estruturas, como edifícios, escolas, hospitais, etc., e das pessoas que ali habitassem, sem nenhuma chance de defesa, causariam um verdadeiro terror em toda a população do inimigo, pois nada poderia garantir que seus respectivos centros não seriam os próximos alvos, onde deveria ocorrer uma pressão interna para que o inimigo desistisse do combate.

Algumas aplicações reais dessa teoria se acumulam ao longo da história, em alguns conflitos, como no que abordaremos adiante.



### **3 A DECISÃO SOBRE O USO DA ARMA NUCLEAR**

Neste capítulo, vamos abordar os principais fatos e análises que antecederam os lançamentos das bombas nucleares, em 06 e 09 de agosto de 1945, sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, respectivamente, ao final da Segunda Guerra Mundial.

A justificativa para o uso da bomba atômica seria que ela havia terminado com a guerra, ou, pelo menos, antecipado o seu fim, salvando assim, inúmeras vidas norte-americanas e japonesas. Mas seria isso? O Japão já não havia sido derrotado ou já não estaria à beira da rendição? Que circunstâncias justificaram a decisão fatídica que destruiu a teia da história e, como a descoberta do fogo, cortou o passado do presente? A primeira explicação autorizada de como e por que foi decidido usar a bomba viria em fevereiro de 1947, de Henry L. Stimson (1867-1950), Secretário da Guerra estadunidense durante a Segunda Guerra Mundial, um homem que, mais do que qualquer outro, era responsável por aconselhar o Presidente. Esta explicação não respondeu a todas as perguntas ou ainda aos críticos. Durante os anos que se seguiram, outros revelariam suas partes na decisão e nos eventos que a moldaram. Essas explicações não acabariam com a controvérsia, mas trariam para o debate, fatos adicionais sobre a decisão de usar a bomba. Com essas informações, pode ser proveitoso olhar novamente para a decisão que abriu a era da guerra atômica (ART; WALTZ, 2009).

#### **3.1 OS FATORES QUE INFLUENCIARAM A DECISÃO**

A história do desenvolvimento da bomba atômica, nos Estados Unidos da América, é agora bem conhecida, tendo seu início em 1939, quando um pequeno grupo de cientistas estadunidenses chamariam a atenção do Governo para as vastas potencialidades da energia atômica para fins militares, advertindo ainda, que os alemães já realizavam experimentos nesse campo. O programa, foi iniciado em outubro daquele ano com um investimento muito modesto e depois ampliado para o Projeto Manhattan com investimento

de dois bilhões de dólares, que tinha apenas um objetivo: aproveitar a energia do átomo em uma reação em cadeia para produzir uma bomba que poderia ser transportada por aeronave, se possível e, produzi-la antes que os alemães fossem capazes de fazê-lo. Se essa bomba, quando produzida, seria usada, nenhum dos responsáveis do projeto chegou a questionar. Nem mesmo os membros do governo, incluindo o Presidente estadunidense, sugeriram que a energia atômica não deveria ser usada na guerra. Após a morte do Presidente Roosevelt (1882-1945), coube a Stimson, Secretário de Guerra, informar ao novo presidente sobre a arma atômica. Em uma reunião na Casa Branca em 25 de abril de 1945, ele delinear a história e o *status* do programa, antecipando que dentro de quatro meses, com alta probabilidade, teria completado a arma mais terrível já conhecida na história da humanidade. Nessa reunião, como na última reunião de Stimson com Roosevelt, seriam tratadas, em grande parte, das consequências políticas e diplomáticas do uso de tal arma, e não do tempo e da forma que seria empregada. As respostas a essas questões dependiam de fatores ainda não conhecidos. Mas Stimson recomendaria, e o Presidente aprovaria em sequência, a nomeação de uma comissão especial para apreciar e considerar todas estas questões complexas (ART; WALTZ, 2009).

Esse comitê especial, conhecido como Comitê Interino, desempenhou um papel vital na decisão de usar a bomba. O seu trabalho foi concluído em 1º de junho de 1945, quando apresentou seu relatório ao Presidente, recomendando por unanimidade, três medidas a saber: **a bomba deveria ser usada contra o Japão o mais rápido possível; deveria ser usada contra um alvo militar cercado por outros edifícios; e deveria ser usada sem um aviso prévio da natureza da arma.** Assim, em meados de junho de 1945, ocorreria uma unanimidade entre os conselheiros civis do Presidente sobre o uso da bomba, sendo os argumentos opostos considerados e rejeitados. Até esse momento, o Presidente não teria solicitado a opinião dos militares, a qual também não teria sido oferecida por eles (ART; WALTZ, 2009, grifo nosso).

A criação do Comitê interino, foi fundamental para as análises profundas sobre as questões políticas nas relações internacionais, sobretudo das conjunturas internacionais de todos os Estados envolvidos no conflito e os demais que tinham alguma relevância para política internacional estadunidense, concluindo o estudo com os possíveis cenários que ocorreriam após o uso das bombas nucleares contra o Japão e, assessorando o Presidente com a indicação de que deveria usá-las.

A situação militar em 1 de junho de 1945, quando o Comitê Interino apresentou suas recomendações sobre o uso da bomba atômica, foi claramente favorável a causa dos aliados. A Alemanha havia se rendido em maio e as tropas da Europa logo estariam disponíveis para redistribuição no Pacífico. Manila havia caído em fevereiro; Iwo Jima estava em mãos norte-americanas; e o sucesso da invasão de Okinawa estava assegurado. Ataques aéreos e submarinos haviam eliminado o corredor de recursos oriundos do sul e sudoeste asiáticos para o Japão, e B-29s das Marianas estavam pulverizando cidades e as fábricas do Japão. A Esquadra estadunidense do Pacífico tinha praticamente expulsado a Marinha japonesa do oceano e os aviões das forças de porta-aviões ligeiros estavam batendo bases navais japonesas no mar interior do Japão. Claramente, o Japão era um Estado derrotado. Embora derrotado no sentido militar, o Estado não mostrava disposição para se render incondicionalmente. E as tropas japonesas tinham demonstrado uma vez e outra que eles poderiam lutar duro e infligir pesadas baixas, mesmo quando a perspectiva era desesperadora. Planos aliados na primavera de 1945 levaram esses fatos em conta e partiu-se do pressuposto de que uma invasão das ilhas japonesas seria necessária para atingir o mais cedo possível a data da rendição incondicional do Japão, o objetivo anunciado da guerra e a suposição básica de todo planejamento estratégico (ART; WALTZ, 2009).

Outros meios para alcançar esse objetivo tinham sido considerados e, no início de junho, ainda não haviam sido totalmente descartados. Um deles consistia da ocupação de uma

série de bases em torno do Japão, a fim de aumentar a intensidade dos bombardeios aéreos, combinado com um bloqueio naval aproximado. Tal caminho poderia, como muitos acreditavam, produzir os mesmos resultados de uma invasão e com muito menos custo de vidas. O almirante Leahy (1875-1959), Chefe do Estado-Maior do Presidente estadunidense, seria contrário à invasão de um Japão já derrotado, em virtude do custo enorme que seria para ambos os lados em vidas e riquezas. O Almirante King (1878-1956), Chefe de Operações Navais (CNO) estadunidense, e outros Oficiais importantes tinham a mesma opinião. Para eles, sempre pareceu que a derrota do Japão poderia ser realizada apenas pelos poderes marítimo e aéreo, sem a necessidade de uma invasão das Ilhas japonesas por tropas terrestres (ART; WALTZ, 2009).

Os principais argumentos para uma invasão do Japão<sup>3</sup> seriam talvez melhores resumidos pelo general Douglas MacArthur (1880-1974), quando escreveu ao Chefe do Estado-Maior em 20 de abril de 1945, declarando que esse plano seria o único que permitiria a aplicação do poder total dos seus recursos combinados (terrestre, naval e aéreo), no objetivo decisivo, acreditando ainda, que o Japão provavelmente seria mais difícil de invadir no ano seguinte. Uma invasão de Kyushu em uma data anterior ao esperado, colocaria as forças dos Estados Unidos da América em uma posição mais favorável para o assalto anfíbio decisivo contra Honshu em 1946, e continuariam os métodos ofensivos que provaram ser tão bem-sucedidos nas campanhas do Pacífico. A confiança no bombardeio sozinho, afirmaria MacArthur, ainda seria uma fórmula não comprovada para o sucesso, evidenciado pela ofensiva de bombardeio contra a Alemanha. Afirmou ainda, que a captura de um círculo de bases em torno do Japão dispersaria as forças aliadas ainda mais do que já estariam, e poderiam levar a operações prolongadas no continente asiático (ART; WALTZ, 2009).

Embora o Estado-Maior Conjunto tivesse aceitado o conceito de invasão como

---

<sup>3</sup> Os planos exigiriam um novo assalto anfíbio contra Kyushu (Olimpico) em 1 de novembro de 1945, e novamente contra Honshu (Coronet) cinco meses depois (ART; WALTZ, 2009, p.181).

base para os preparativos, e tivesse emitido uma diretiva em 25 de maio para o assalto anfíbio em Kyushu, era evidente que a decisão final ainda não tinha sido tomada. Em meados de junho, chegaria a hora de tal decisão e, durante esse período, o Estado-Maior Conjunto revisaria todo o problema da estratégia japonesa. Finalmente, em 18 de junho, em uma reunião na Casa Branca, eles apresentariam as alternativas ao Presidente Truman (1884-1972). Também presentes (de acordo com as atas) estavam os Secretários Stimson e Forrestal (1892-1949) e o Secretário Assistente de Guerra, John J. McCloy (1895-1989). O general Marshall (1880-1959) apresentaria o caso para a invasão e levaria os demais membros do Estado-Maior Conjunto com ele, embora os almirantes Leahy e King tivessem declarado mais tarde que não eram favoráveis ao plano. Após considerável discussão sobre as baixas e as dificuldades que teriam pela frente, o Presidente Truman tomou sua decisão: Kyushu seria invadido como planejado e os preparativos para o desembarque seriam conduzidos até a conclusão. As preparações para o assalto anfíbio de Honshu continuariam, mas nenhuma decisão final seria tomada até que os preparativos chegassem ao ponto de não retorno. O programa assim aprovado pelo Presidente Truman previa: - Bombardeio aéreo e bloqueio naval do Japão a partir de bases em Okinawa, Iwo Jima, Marianas e Filipinas; - Assalto anfíbio de Kyushu em 1 de novembro de 1945 e intensificações do bloqueio naval e do bombardeio aéreo; e - Invasão do coração industrial do Japão através da planície de Tóquio, no centro de Honshu, na data tentativa de 1º de março de 1946 (ART; WALTZ, 2009).

Durante a reunião da Casa Branca de 18 de junho, houve uma discussão sobre a possibilidade de acabar com a guerra por meios políticos. O Presidente demonstrou um profundo interesse pelo assunto e tanto Stimson quanto McCloy enfatizaram a importância de uma grande classe submersa no Japão que não era favorável a guerra atual, porém, sua opinião plena e influência nunca haviam sido sentidas. Houve uma discussão também sobre a bomba atômica, uma vez que todos os presentes a conheciam, bem como as recomendações

do Comitê Interino. A sugestão feita foi que antes da bomba ser lançada, os japoneses deveriam ser advertidos de que os Estados Unidos da América tinham tal arma. Nenhum dos membros do Estado-Maior Conjunto e nem o secretário pensaram em um alerta de bomba, sob o argumento de que ninguém tinha certeza, apesar das garantias dos cientistas, dos reais resultados do emprego da bomba (ART; WALTZ, 2009).

Embora a derrota das forças armadas do inimigo em território japonês fosse considerada um pré-requisito para a rendição do Japão, isso não garantiria que as forças japonesas em outros lugares, especialmente aquelas no continente asiático, se renderiam também. Justamente para prover essa contingência, bem como para afiançar aquelas forças durante a invasão das ilhas japonesas, que o Estado-Maior Conjunto havia recomendado a entrada soviética na guerra contra o Japão. A participação soviética seria uma meta há muito perseguida pelos norte-americanos, onde as autoridades políticas e militares pareciam ter sido convencidas desde o início que a assistência soviética, concebida de várias maneiras, encurtaria a guerra e diminuiria o custo. Em outubro de 1943, o marechal Stalin (1878-1953) havia dito a Cordell Hull (1871-1955), então em Moscou para uma conferência, que a União Soviética eventualmente declararia guerra ao Japão. Na Conferência de Teerã, em novembro daquele ano, Stalin notificou formalmente os Aliados dessa intenção e reafirmou-a em outubro de 1944. Em fevereiro de 1945, na Conferência de Yalta, Roosevelt e Stalin haviam concordado com os termos da participação soviética no Extremo Oriente. Assim, em junho de 1945, os norte-americanos poderiam aguardar a intervenção soviética em uma data estimada em três meses após a derrota da Alemanha. Porém, no verão de 1945, os estadunidenses teriam sofrido uma mudança no comando, com a morte do Presidente Roosevelt. Então, embora a posição oficial do Departamento de Guerra ainda sustentasse que a entrada da União Soviética na guerra contra o Japão teria um profundo efeito militar, pois certamente reduziria materialmente a guerra e salvaria muitas vidas norte-americanas, poucas autoridades norte-

americanas estariam ávidas pela intervenção soviética ou dispostas a fazer concessões como haviam sido em um período anterior. O que uma vez parecia extremamente desejável, pareceria menos agora que a guerra na Europa havia acabado e o Japão estaria virtualmente derrotado. O Presidente Truman teria declarado durante uma reunião dedicada à questão da política soviética, que os acordos com Stalin teriam sido até então, uma via de mão única e que ele pretendia continuar firme em suas tratativas com os soviéticos. E na reunião de 18 de junho do Estado-Maior Conjunto com o Presidente, o almirante King teria declarado que independentemente da conveniência dos soviéticos entrarem na guerra, eles não seriam indispensáveis e, que não deveriam ir tão longe a ponto de implorar para sua entrada na guerra, pois embora o custo fosse maior, não haveria dúvida de que poderiam lidar com isso sozinhos (ART; WALTZ, 2009).

O fracasso dos soviéticos em aceitar os acordos em Yalta também contribuiria muito para desencorajar o desejo norte-americano de futuras cooperações, mas depois de terem pedido a Stalin por três anos para declarar guerra ao Japão, o governo dos Estados Unidos da América dificilmente poderia pedir-lhe naquele momento para permanecer neutro. Além disso, não haveria forma de manter os soviéticos de fora, mesmo que houvesse vontade de fazê-lo, pois na opinião de Harriman (1891-1986), a União Soviética entraria na guerra independentemente do que fosse realizado, onde outra dificuldade seria que a inteligência aliada ainda indicava que a intervenção soviética seria desejável, ou até mesmo necessária, para o sucesso da estratégia de invasão. Na inteligência aliada, o Japão seria retratado como uma nação derrotada, cujos líderes militares se recusavam a admiti-la, tanto no âmbito externo como no interno. Embora suas indústrias tivessem sido gravemente afetadas pelo bombardeio aéreo e pelo bloqueio naval, e suas forças armadas fossem criticamente deficientes em muitos dos recursos da guerra, o Japão ainda estaria longe de se render. Eles teriam amplas reservas de armas e munições e um exército de 5.000.000 de soldados, 2.000.000 destes nas ilhas

japonesas, onde seria esperado que estes últimos impusessem uma forte resistência à invasão. Na opinião dos especialistas da inteligência, nem o bloqueio nem o bombardeio sozinhos provocariam rendição incondicional antes da data marcada para a invasão, que por sua vez, seria dispendiosa e possivelmente prolongada. De acordo com esses relatórios de inteligência, os líderes japoneses estariam plenamente conscientes da sua situação desesperada, mas continuariam a lutar na esperança de evitar a derrota completa, garantindo uma melhor posição de barganha. Eles tinham esperança que o cansaço da guerra, a desunião dos aliados, ou algum milagre, poderiam oferecer uma saída. Teria sido reportado numa estimativa de inteligência de 30 de junho que os japoneses acreditariam que essa rendição incondicional seria o equivalente a extinção nacional, e ainda não haveria indicações de que eles estariam prontos para aceitar tais termos. Pareceria também aos especialistas da inteligência que o Japão poderia se render a qualquer momento, dependendo das condições de rendição que os Aliados oferecessem. Claramente estas condições, para ter alguma chance de aceitação, teriam que incluir a retenção do sistema imperial. Mas quão precisas seriam estas estimativas? A julgar pelos relatos do Japão no pós-guerra, elas estariam muito próximas da verdade. Desde a derrota em Saipan, quando o general Tojo (1884-1948) tinha sido forçado a demitir-se, a força dos partidários da paz aumentava. Em setembro de 1944, o ministro sueco em Tóquio havia sido abordado extraoficialmente, presumivelmente em nome do príncipe Konoye (1891-1945), para sondar os Aliados sobre os termos de paz. Esta abertura foi em vão, assim como outra no mês de março seguinte. Mas o ministro sueco aprendeu que aqueles que defendiam a paz no Japão consideravam a exigência dos aliados pela rendição incondicional como seu maior obstáculo. O Primeiro-Ministro Suzuki (1867-1948), que chegaria ao poder em abril de 1945, teria uma ordem implícita do imperador para terminar a guerra o mais rápido possível. Mas seria imediatamente confrontado com outro problema quando o governo soviético anunciou que não renovaria o pacto de neutralidade após abril de



1946. A rendição alemã em maio produziria outra crise no governo japonês e levaria, após considerável discussão, a uma decisão de buscar a mediação soviética. Mas a primeira abordagem, feita em 3 de junho ao Sr. Jacob Malik (1906-1980), embaixador soviético, não produziria resultados. Malik teria sido evasivo e apenas diria que o problema precisava de um estudo mais aprofundado. Outra proposta para Malik no final do mês também não traria resultados novos. No final de junho, os japoneses finalmente se aproximaram do governo soviético diretamente pelo embaixador Sato (1882-1971) em Moscou, pedindo que o governo soviético mediasse o final da guerra com os aliados no Extremo Oriente. Em uma série de mensagens entre Tóquio e Moscou, que os norte-americanos interceptariam e decodificariam, o Ministério das Relações Exteriores do Japão delinear a posição do governo e instruiria o embaixador Sato a fazer os arranjos necessários para uma declaração especial do imperador que o habilitaria para fazer os termos da mediação soviética. A rendição incondicional seria completamente inaceitável, e o tempo seria essencial. Mas os russos, com um pretexto e outro, atrasariam a resposta até meados de julho, quando Stalin e Molotov (1890-1986), seu Ministro de Relações Exteriores, partiriam para Potsdam. Assim, o governo japonês aceitaria a derrota e procurava desesperadamente uma saída, porém, não estaria disposto, mesmo a esta data tardia, a se render incondicionalmente, e não aceitaria termos que não incluíssem a preservação do sistema imperial (ART; WALTZ, 2009).

Dado o exposto, concluímos que a inteligência aliada teria estimado a situação no Japão corretamente. A estratégia de invasão aliada seria reexaminada e confirmada em meados de junho, e a data da invasão seria fixada. A conveniência da assistência soviética também teria sido confirmada e os planos para sua entrada na guerra em agosto poderiam ser feitos. Nenhuma decisão teria sido tomada sobre o uso da bomba atômica, mas os assessores do Presidente a recomendariam. A decisão seria do Presidente e ele não se esquivaria, mas antes que ele pudesse decidir, ele deveria saber se as medidas já combinadas produziam a

rendição incondicional no primeiro momento e com o menor custo. Se não pudessem, então ele teria que decidir se as circunstâncias justificariam o emprego de uma bomba que já havia sido rotulada como a arma mais terrível já conhecida na história da humanidade.

### 3.2 A DECISÃO FINAL

Embora a responsabilidade pela decisão de usar a bomba atômica fosse do Presidente, ele a exerceria somente após cuidadoso estudo das recomendações de seus assessores seniores. O principal deles era o Secretário de Guerra, o qual seria colocado na ampla supervisão do Projeto Manhattan. Já profundamente preocupado com o custo projetado da invasão, com os efeitos políticos da intervenção soviética e com as possíveis consequências do uso da bomba atômica, Stimson buscaria um caminho que evitasse todos esses males. A dificuldade, na sua visão, estaria na exigência de rendição incondicional. Essa era uma frase que poderia deixar os japoneses desesperados e levar a uma longa e desnecessária campanha de desgaste que seria extremamente custosa para os dois lados. Mas não haveria como contornar esses termos, que estariam firmemente enraizados nos objetivos de guerra aliados e sua renúncia certamente resultaria em acusações de apaziguamento. Mas se essa dificuldade pudesse ser superada, os japoneses aceitariam os termos oferecidos? Os especialistas em inteligência achavam que sim, e as interceptações de rádio de Tóquio para Moscou sustentariam essa tese. Na visão do Exército, haveria muito a ser ganho seguindo por esse caminho. Isso não apenas reduziria o enorme custo da guerra, mas também possibilitaria um acordo pós-guerra no Pacífico Ocidental antes que alguns dos aliados estivessem comprometidos nessa mesma área e tivessem feito contribuições substanciais para a derrota do Japão. Na visão do Departamento de Guerra, esses objetivos justificariam quaisquer concessões que pudessem ser atraentes para os japoneses, desde que os objetivos realistas para a paz no Pacífico não fossem afetados negativamente. O problema seria formular termos

que atendessem a todas essas condições. Haveria uma discussão considerável sobre esse problema em Washington, na primavera de 1945, por representantes do Departamento de Estado, do Departamento de Guerra e da Marinha. Joseph C. Grew (1880-1964), secretário interino de Estado, propôs ao Presidente no final de maio que fosse emitida uma proclamação pedindo aos japoneses que se rendessem e assegurando-lhes que poderiam manter o império. Embora Truman não tivesse agido de acordo com a sugestão, consideraria isso uma boa ideia, e determinaria a Grew que discutisse isso com os demais membros do gabinete e com o Estado-Maior Conjunto. Em 18 de junho, Grew voltaria com o relatório de que esses grupos defendiam a ideia, mas que haviam divergências naquele momento (ART; WALTZ, 2009).

As ideias de Grew, assim como as de outros membros envolvidos, seriam resumidas por Stimson em um longo e cuidadosamente considerado memorando para o Presidente em 2 de julho. Representando a estimativa militar e política mais completa da situação naquele momento, o memorando constituiria um documento de Estado de primeira importância. Se pudesse ser dito que algum documento forneceria as bases para o aviso do Presidente estadunidense ao Japão e subsidiaria sua decisão final de usar a bomba atômica, seria esse. A essência do argumento de Stimson seria que a alternativa mais promissora para evitar a longa e dispendiosa luta seria advertir os japoneses sobre o que estaria por vir e dar-lhes a oportunidade de se renderem. Stimson imaginaria existir bastante chance de que tal caminho funcionaria, para fazer o esforço valer a pena. O Japão não tinha mais aliados, sua marinha estaria praticamente destruída, ficando cada vez mais vulnerável aos ataques aéreos e aos bloqueios navais. Contra a marinha japonesa estariam reunidas as forças cada vez mais poderosas dos Aliados, com seus recursos industriais inesgotáveis e inexplorados. Nessas circunstâncias, Stimson acreditaria que o povo japonês estaria suscetível à razão se abordado adequadamente. Porém, qualquer tentativa de exterminar seus exércitos e sua população com tiros ou outros meios tenderia a produzir uma fusão de solidez e antipatia raciais (ART;

WALTZ, 2009).

Stimson sustentaria que a data para emitir um alerta ao Japão deveria ser cuidadosamente escolhida, vindo antes da invasão, ou seja, antes que a destruição reduzisse os japoneses ao desespero fanático. Caso a ex-União Soviética já tivesse entrado na guerra, o alerta deveria ser antes que o ataque soviético tivesse ido longe o suficiente, a fim de evitar reclamar para si alguma contribuição relevante na derrota japonesa. Tal alerta deveria enfatizar também, a inevitabilidade e a integridade da destruição e, a determinação dos Aliados em despojar o Japão de suas conquistas e destruir a influência dos militares. Esse deveria ser um forte aviso e não deveria deixar dúvidas na mente japonesa de que eles teriam que se render incondicionalmente e se submeter à ocupação Aliada. Em seu memorando, portanto, Stimson enfatizaria as características positivas do alerta e recomendaria que ele incluísse uma recusa de qualquer intenção de destruir a nação japonesa ou de ocupar o país permanentemente. Uma vez que a classe militar do Japão tivesse sido removida do poder e sua capacidade de fazer a guerra destruída, os Aliados deveriam retirar-se e retomar as relações comerciais normais com o novo e pacífico governo japonês. Stimson sugeriu ainda que não deveria ser excluída a monarquia constitucional sob sua dinastia a época, de forma a aumentar substancialmente a chance de aceitação. Porém, nenhuma vez no decorrer do memorando foi mencionada a bomba atômica, pois ele acreditava que não haveria necessidade de fazê-lo, devido ao claro entendimento de todos os envolvidos, de que a bomba seria o instrumento que destruiria o Japão e impressionaria o governo japonês com a falta de esperança em qualquer outra saída, a não ser a rendição, sendo ela a melhor sanção possível e, a única arma que convenceria aos japoneses do poder estadunidense de destruir o império. Embora Stimson considerasse uma advertência combinada com uma oferta de termos e apoiada pela sanção da bomba atômica como o meio mais promissor de induzir a rendição em qualquer data anterior, haveriam outros caminhos que alguns achavam que poderiam produzir

o mesmo resultado. Um deles seria a continuação e intensificação do bombardeio aéreo, combinado com o bloqueio de superfície e submarino. Esse caminho já havia sido considerado e rejeitado como insuficiente para produzir rendição, embora seus defensores não estivessem convencidos de que essa decisão estivesse correta. E o próprio Stimson mais tarde justificaria o uso da bomba alegando que, em 1º de novembro, o bombardeio convencional teria causado maior destruição do que a bomba atômica. Essa aparente contradição seria explicada pelo fato de ter sido considerado que a bomba atômica teria um efeito psicológico independente do dano causado (ART; WALTZ, 2009).

Nem Stimson, em seu memorando, consideraria o efeito da entrada da ex-União Soviética na guerra, pois esse efeito, isoladamente, não poderia forçar o Japão a capitular, mas combinada com o bombardeio e o bloqueio poderia fazê-lo. Pelo menos essa seria a opinião do General George A. Lincoln (1907-1975), um dos maiores planejadores do Exército, que teria declarado em junho que provavelmente a entrada da União Soviética na guerra, combinado com um desembarque estadunidense, ou ameaça iminente de um desembarque, no Japão, seria suficiente para convencê-los da opção pela rendição. Por que não foi possível emitir essa advertência em data anterior a uma declaração soviética de guerra contra o Japão e confiar naquele evento, combinado com um bombardeio aéreo intensificado, para produzir o resultado desejado? Se juntos eles não conseguissem garantir a rendição do Japão, não haveria ainda tempo para usar a bomba antes da invasão programada de Kyushu em novembro? Nenhuma resposta final a essa pergunta era possível com as evidências que existiam. Mas não se poderia ignorar o fato de que alguns responsáveis do alto escalão temiam as consequências políticas da intervenção soviética e esperavam que isso acabasse sendo desnecessário. Esse sentimento poderia, inconscientemente, ter tornado a solução da bomba atômica mais atraente do que seria, em outras circunstâncias. Alguns membros do governo acreditavam também, que a bomba poderia ser usada como um poderoso dissuasor para a expansão soviética na

Europa, onde a maré Vermelha já havia engolido com sucesso a Romênia, a Bulgária, a Iugoslávia, a Tchecoslováquia e a Hungria. Em uma entrevista com três dos principais cientistas do Projeto Manhattan, no início de junho, o Sr. Byrnes (1882-1972) não afirmou, segundo Leo Szilard (1898-1964), que a bomba seria necessária para derrotar o Japão, mas sim que deveria ser lançada, para tornar a União Soviética mais administrável na Europa. Afirmava-se também, que o desejo de justificar o gasto de dois bilhões de dólares no Projeto Manhattan poderia ter influenciado na decisão do uso da bomba. Já tinham sido feitas perguntas no Congresso, e o fim da guerra certamente traria uma investigação em grande escala. Que justificativa seria mais impressionante para o Projeto Manhattan do que uma nova arma que teria acabado com a guerra em um súbito golpe e salvado inúmeras vidas americanas? Na opinião do almirante Leahy, os cientistas e outros membros do governo queriam fazer esse teste por causa das enormes quantias gastas no projeto, sendo que Truman e muitas outras pessoas envolvidas sabiam disso. Essa explicação dificilmente daria crédito aos envolvidos no Projeto Manhattan e nem mesmo P. M. S. Blackett (1897-1974), um dos mais severos críticos da decisão de usar a bomba aceitaria tal explicação, declarando que a sagacidade do homem dificilmente poderia conceber a uma teoria da desistência da bomba. Mas mesmo que a necessidade de justificar esses enormes gastos seja desconsiderada, e certamente por si só não poderia ter produzido a decisão, a questão permaneceria, se aqueles que possuem uma arma capaz de acabar com a guerra de uma só vez poderiam justificar a retenção dessa arma? E não estariam eles abertos a duras críticas por falharem em usar todos os meios à sua disposição para derrotar o inimigo o mais rápido possível, salvando assim muitas vidas americanas? Em contrapartida, haveriam alguns que acreditavam que a nova era acabaria por revelar o meio mais eficaz de evitar a guerra (ART; WALTZ, 2009).

No início de 1945, o palco estava pronto para a decisão final. O memorando de Stimson foi aprovado e, em 4 de julho, os britânicos dariam os termos e o prazo da

advertência. Essa era a situação quando a Conferência de Potsdam foi aberta em 17 de julho, um dia depois de a bomba ter explodido com sucesso em uma demonstração espetacular em Alamogordo, Novo México. A bomba atômica já era uma realidade e, quando a notícia chegou a Potsdam, houve grande empolgação entre os que foram informados sobre aquele projeto secreto. Como opção à perspectiva de longos e amargos meses de luta contra os japoneses, existia a partir daquele momento uma opção para o fim de toda a guerra em um ou dois golpes violentos, sobretudo na opinião de Churchill (1874-1965). A primeira ação do presidente Truman foi reunir os seus principais conselheiros, Byrnes, Stimson, Leahy, Marshall, King e Arnold (1886-1950), a fim de ouvir as suas opiniões sobre o uso ou não da bomba, chegando a um consenso de que deveria usá-la. Essa linha de ação era o milagre para acabar com a guerra e a solução de todos os problemas de perplexidade colocados pela necessidade de invasão, porém, ninguém podia dizer com precisão, qual seria o efeito da bomba, física ou psicologicamente, e desta forma, foi decidido prosseguir com os planos militares para a invasão. Ninguém naquele momento, ou mais tarde na conferência, levantou a questão sobre a informação aos japoneses da existência da bomba. Essa questão, foi discutida pelo Painel Científico em 16 de junho e na reunião da Casa Branca com o Estado-Maior Conjunto, os Secretários e o Sr. McCloy em 18 de junho. Em virtude de diversas razões, dentre elas, a mais relevante, que era a incerteza sobre o funcionamento da bomba, foi então decidido que os japoneses não deveriam ser avisados da existência da nova arma. A explosão bem-sucedida da primeira bomba em 17 de julho não alterou as razões apresentadas anteriormente para manter a bomba em sigilo, e evidentemente nenhum dos envolvidos imaginou que a questão precisava ser analisada e, dessa forma, os japoneses só souberam da bomba atômica quando ela foi lançada sobre eles. O sigilo que encobria o desenvolvimento da bomba atômica seria posto de lado brevemente em Potsdam, mas sem efeito visível. Em 24 de julho, a conselho de seus assessores-chefes, Truman informou ao Marechal Stalin,

extraoficialmente, que os estadunidenses tinham uma nova arma de força destrutiva incomum, mas o mesmo não demonstrou nenhum interesse especial, afirmando apenas que estava feliz com a notícia, porém, não era possível afirmar o seu real sentimento, se estaria despreocupado no momento ou simulando uma falta de interesse (ART; WALTZ, 2009).

No campo militar, a Conferência de Potsdam não propagou nenhuma novidade. Os planos feitos previamente foram anotados e aprovados. Mesmo naquela fase tardia, a questão da bomba foi totalmente dissociada dos planos militares, e o relatório final da conferência confirmou como principal esforço a invasão das ilhas japonesas. O dia 15 de novembro de 1946 foi aceita como a data planejada para o fim da guerra contra o Japão. Durante a conferência, Stalin falou a Truman sobre a abordagem japonesa, assunto esse, que os estadunidenses já tinham conhecimento. Stalin também falou sobre o mesmo assunto a Churchill, que por sua vez, sugeriu a Truman, que alguma oferta fosse feita ao Japão. O Presidente estadunidense e seus conselheiros tinham conhecimento que os japoneses estavam prontos para desistir de todas as conquistas feitas na guerra e, naquela mesma noite, depois de jantar com Stalin e Truman, ficou claro para Churchill que os soviéticos atacariam o Japão logo depois de 8 de agosto, em torno de duas semanas após essa data. Tudo o que restava então, era advertir o Japão e dar-lhe a oportunidade de se render, de maneira que, os pontos de vista de Stimson e Grew, conforme delineados no memorando de 2 de julho, foram aceitos, mas seguindo o conselho do ex-secretário de Estado Cordell Hull, foi decidido omitir qualquer referência sobre a bomba atômica no Termo enviado ao imperador japonês. A opinião de Hull, solicitada por Byrnes antes de sua partida para Potsdam, foi que a proposta parecia demasiadamente conciliadora e garantia muitos privilégios ao Japão. Sendo assim, ele recomendou que nenhuma declaração envolvendo o Imperador fosse feita até o clímax do bombardeio aliado e a entrada da União Soviética na guerra. Dessa forma, os termos finais oferecidos aos japoneses na Declaração de Potsdam, em 26 de julho, não mencionaram o



Imperador ou o sistema imperial, da mesma maneira que não havia nenhuma referência à bomba atômica, o que na prática somente alertava aos japoneses sobre as consequências da resistência contínua. Somente aqueles que já conheciam a arma podiam ter entendido as referências à destruição inevitável e completa como um aviso de guerra nuclear (ART; WALTZ, 2009).

O recebimento da Declaração de Potsdam no Japão levaria a encontros frenéticos para decidir o que seria feito, chegando a um consenso de que a nota não seria aceita ou rejeitada, aguardando os resultados da abordagem soviética. Nesse ponto, os militares insistiriam que o governo fizesse alguma declaração ao povo e, em 28 de julho, o Primeiro-Ministro Suzuki diria à imprensa que o Japão ignoraria a Declaração de Potsdam, fato esse, que seria interpretada pelos Aliados como uma rejeição. Para os estadunidenses, a rejeição da Declaração de Potsdam confirmaria a visão de que os militares ainda estavam no controle do Japão e que apenas um ato decisivo de violência poderia removê-los. O instrumento para tal ação estava pronto para ser empregado, a bomba atômica e, os acontecimentos justificavam o seu uso. Mas na esperança de que os japoneses ainda mudassem de ideia, Truman reteve as ordens sobre o uso da bomba por mais alguns dias, quando apenas o silêncio retornou de Tóquio, pois os japoneses aguardavam uma resposta do governo soviético, o que não aconteceu até o retorno de Stalin e Molotov de Potsdam em 6 de agosto. Profeticamente, o ministro das Relações Exteriores Tojo escreveu a Sato em 2 de agosto, o dia em que a Conferência de Potsdam terminou, que ele não poderia perder um único dia em seus esforços para concluir os acordos com os soviéticos, pois a intenção era terminar a guerra antes do assalto anfíbio em território japonês. Naquele momento, o Presidente Truman já tinha se decidido sobre o uso da bomba (ART; WALTZ, 2009).

Os preparativos para lançar as duas bombas atômicas produzidas até aquele momento, já estavam em andamento. Os componentes das bombas foram enviados por um

Cruzador a Tinian em maio e o material fissionável foi levado de aeronave em meados de julho. Os B-29 e as tripulações estavam prontos e treinados, aguardando ordens, que viriam por meio do Comandante Geral das Forças Aéreas Estratégicas dos Estados Unidos da América no Pacífico, General Spaatz (1891-1974). Os arranjos foram detalhados e os cronogramas concluídos; o único elemento que faltava para o ataque era a emissão das ordens. Por insistência do general Arnold, a responsabilidade de selecionar o alvo em particular e fixar a data e a hora exatas do ataque foi atribuída ao comandante de campo, General Spaatz. Nas ordens emitidas em 25 de julho e aprovadas por Stimson e Marshall, Spaatz recebeu a determinação para lançar a primeira bomba atômica assim que as condições meteorológicas permitissem um bombardeio visual a partir de 3 de agosto de 1945 em um dos seguintes alvos: Hiroshima, Kokura, Niigata ou Nagasaki. Ele foi instruído também a entregar pessoalmente uma cópia desta ordem a MacArthur e Nimitz (1885-1966). A meteorologia foi o fator crítico porque a bomba teria que ser lançada em condições visuais, e Spaatz delegou a seu chefe de gabinete, o major-general Curtis E. LeMay (1906-1990), a tarefa de decidir quando as condições meteorológicas estariam ideais para essa importante missão. Desde a data da ordem para o General Spaatz, já ficou claro que o Presidente Truman tinha certeza de que a advertência ao Japão seria rejeitada, e assim, fixou a data para o bombardeio de Hiroshima antes mesmo da publicação da Declaração de Potsdam. Mas esse argumento ignora as necessidades militares, uma vez que devido a razões operacionais, as ordens têm que ser emitidas em tempo suficiente para que as ações decorrentes ocorram no tempo correto. Em outro sentido, a decisão foi tomada em 25 de julho, e se manteria em vigor a menos que o Presidente mudasse de ideia, caso a resposta japonesa ao ultimato estadunidense fosse aceitável. A rejeição pelos japoneses da Declaração de Potsdam confirmaria as ordens que Spaatz já havia recebido antecipadamente (ART; WALTZ, 2009).

Pelas ideias apresentadas, a decisão sobre a utilização da bomba atômica contra o

Japão passou por um processo intenso e relativamente longo, envolvendo os aspectos políticos, militares, tecnológicos, econômicos, comportamentais, culturais, entre outros, internamente e externamente aos Estados Unidos da América, que era o detentor da nova arma. Diante dos principais fatores que levariam a decisão, entendemos que, no âmbito interno, seria inadmissível possuir uma arma capaz de abreviar o final da guerra e não ser usada, mesmo com algum grau de incerteza de sucesso, ao custo final de milhares de vidas estadunidenses e também japonesas poupadas. Já no âmbito externo, a rendição japonesa anterior ao efetivo ingresso das tropas soviéticas na guerra no Pacífico, traria aos estadunidenses enormes vantagens nas negociações finais dos termos da rendição, evitando assim, uma possível influência soviética posterior a guerra, que lhe seria justa caso contribuísse significativamente para essa rendição. Dessa forma, seria necessária uma perfeita cronometragem entre os fatos que antecederiam o ataque, para que fosse alcançado o objetivo político dos lançamentos, o que ocorreria cirurgicamente, fruto de uma considerável consciência situacional do poder político estadunidense naquele momento da guerra. De fato, todas as conjunturas nacionais e internacionais, somadas aos cenários prospectivos, levariam o Presidente Truman a decisão pelo uso da bomba nuclear contra o Japão.

Após os lançamentos das duas bombas atômicas, o Japão passou por um intenso, porém curto período de dificuldades extremas perante o seu estado de guerra, que o levaria a rendição final. No próximo capítulo, abordaremos esse período e os principais fatores condicionantes.

## **4 OS EFEITOS DOS ATAQUES NUCLEARES E A RENDIÇÃO JAPONESA**

Neste capítulo, abordaremos os efeitos sofridos pelo Japão após os lançamentos das bombas nucleares, em 06 e 09 de agosto de 1945, sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, sobretudo, sua contribuição somado aos demais fatores que levariam a decisão do Japão pela rendição e o final da Segunda Guerra Mundial.

### **4.1 OS MOMENTOS QUE SUCEDERAM OS ATAQUES DE HIROSHIMA E NAGASAKI E SEUS PRINCIPAIS EFEITOS**

As cidades bombardeadas ficaram como cemitérios suspensos, sem as posições dos túmulos. Corpos foram cremados no local e, se possível, os ossos, ou mesmo um osso, entregues a parentes, amigos ou, na ausência destes, à prefeitura. A urgência e a escala da tarefa logo tornariam isso impossível. Os serviços funerários, equipes policiais e de defesa civil, geralmente doentes ou feridos, passaram semanas carregando restos humanos em carrinhos de mão e queimando-os em piras, em massa, nas escolas locais e clínicas de campo. Barcos varreram os afluentes do rio Ota e a baía de Nagasaki para resgatar os cadáveres, enganchando-os e rebocando-os até terra. Centenas de corpos, de uma única vez, foram incinerados nos grandes fornos perto do Santuário de Nigitsu, a nordeste do Castelo de Hiroshima. Alguns se perguntariam se Pompeia em seus últimos dias se assemelhava à cidade, declarando que não veriam o céu azul em Nagasaki por muito tempo e que a escola deveria estar cheia dos espíritos das muitas pessoas queimadas lá. No dia 21 de agosto, as equipes de cremação de Hiroshima eliminaram 17.865 cadáveres de um total de 32.959 eventualmente queimados, onde poderíamos considerar um tributo à sua meticulosidade, o controle de doenças infecciosas, pois seriam registrados apenas 75 casos de febre tifoide (HAM, 2014).

As estimativas do total de vítimas nos dias das explosões variam. A seguir estão

os números geralmente aceitos:

Embora eles não reflitam as baixas em curso, que mais do que dobraram em Hiroshima e Nagasaki até o final de 1945, em grande parte devido à doença aguda da radiação. De fato, no final de 1945, 25.000 haviam morrido como resultado de envenenamento por radiação ou doenças associadas a ele, dos 160.000 mortos ou feridos em Hiroshima. Do total de mortos em Hiroshima em 6 de agosto, 20.000 eram trabalhadores coreanos escravizados pelos japoneses depois que Tóquio anexou a península 40 anos antes, bem como centenas de trabalhadores forçados chineses. As mortes atribuíveis à exposição à radiação continuam até hoje. Estas são as melhores estimativas de baixas nos dias das bombas:

	HIROSHIMA	NAGASAKI
População	320.000	260.000
Mortos	78.000	35.000
Feridos	37.000	30.000
Total	115.000	65.000 <sup>4</sup> (HAM, 2014, p.408, tradução nossa)

Esses cálculos de perdas e danos tiveram base em vários relatórios das seguintes entidades: uma missão científica britânica enviada ao Japão em setembro de 1945; os relatórios das prefeituras de Hiroshima e Nagasaki; e o maior estudo da guerra aérea aliada contra a Alemanha e o Japão, a Pesquisa de Bombardeio Estratégico dos Estados Unidos da América (USSBS), aprovada pela Presidência, criada em 1944, com base na diretiva de Roosevelt. Em agosto de 1945, Truman instruiu a pesquisa para examinar o impacto do bombardeio estratégico no Japão. Sob a orientação de um comitê de respeitáveis funcionários do governo, incluindo Paul Nitze (1907-2004), Kenneth Galbraith (1908-2006) e Franklin D'Olier (1877-1956), milhares de pesquisadores se espalharam pelas terras arruinadas, entrevistando centenas de sobreviventes, inspecionando todos os aspectos do esforço de guerra japonês, desde os abrigos antiaéreos e suprimentos de alimentos aos sistemas de esgoto e serviços funerários. As descobertas da USSBS sobre a moral japonesa, serviços médicos, manobras defensivas e assim por diante, bem como relatórios especiais sobre Hiroshima e

<sup>4</sup> No original: Although they fail to reflect the ongoing casualties, which had more than doubled in Hiroshima and Nagasaki by the end of 1945 largely due to acute radiation sickness. Indeed, by the end of 1945, 25,000 had died as a result of radiation poisoning or diseases associated with it, out of the 160,000 killed or wounded at Hiroshima. Of the total killed in Hiroshima on 6 August, 20,000 were Korean labourers enslaved by the Japanese after Tokyo annexed the peninsula 40 years earlier, as well as hundreds of Chinese forced labourers. Deaths attributable to radiation exposure continue to this day. These are the best estimates of casualties on the day of the bomb:

	HIROSHIMA	NAGASAKI
Population	320,000	260,000
Dead	78,000	35,000
Wounded	37,000	30,000
Total	115,000	65,000

Nagasaki, não seriam publicadas até junho de 1946, mas os pesquisadores testemunhariam as consequências das bombas atômicas. Embora algumas das conclusões do USSBS continuem sendo uma fonte de grande controvérsia, os pesquisadores traçaram um retrato detalhado e bastante preciso da experiência japonesa com a guerra aérea estratégica dos Estados Unidos da América (HAM, 2014).

A missão científica britânica a Hiroshima observou, em setembro de 1945, a destruição de uma extensão ininterrupta de casas frágeis de madeira, observando ainda que a bomba de urânio havia destruído 55 mil edifícios em cerca de 90 mil na grande Hiroshima, segundo o estudo. Praticamente todos eram escolas, escritórios, hospitais e lares no centro da cidade. Poucas estruturas militares haviam sido destruídas: o castelo, que abrigava um centro de comunicações, a companhia de munições Asahi, a sede do 2º Exército Geral, um quartel e campos subterrâneos, que continham na época cerca de 10.000 reservistas e tropas de suprimentos, ao invés dos 30.000 a 40.000, como comumente se suporia, de acordo com a missão britânica, dos quais quase 4.000 foram mortos imediatamente e, provavelmente, o dobro até o final de 1945. A bomba não causou danos no porto vital, ponto de embarque militar de Hiroshima, em Ujina, no Delta do Ota. As instalações militares e industriais na periferia da cidade, que respondiam por 74% de sua capacidade industrial, não foram danificadas; e 94% dos trabalhadores não foram feridos, confundindo a intenção original de matar trabalhadores urbanos. As fábricas teriam retomado a produção normal dentro de 30 dias da explosão, se a guerra prosseguisse, observou o USSBS. De fato, os trens voltaram a correr pelos destroços de Hiroshima dois dias depois da explosão, em 8 de agosto (HAM, 2014).

Ainda em Hiroshima, na sua estrutura de saúde, o Hospital Municipal, o Hospital do Departamento de Comunicações, o Hospital Ferroviário, o Hospital Shima e a Sala de Repouso Hijiyama, haviam sido completamente exterminados, matando todos os pacientes e a

equipe médica. Os hospitais do Tada, da Cruz Vermelha e do Exército haviam sido praticamente destruídos, junto com muitas clínicas particulares e a maioria de seus ocupantes. O Hospital da Cruz Vermelha ainda manteria algumas paredes de concreto armado, mas a onda de choque destruiu o interior, com a morte instantânea de 90% dos funcionários e pacientes. As ruínas serviriam como uma clínica de campo e um símbolo de esperança para milhares de sobreviventes. O balanço total de profissionais mortos ou feridos chegaram a números catastróficos<sup>5</sup> (HAM, 2014).

A bomba de plutônio lançada sobre Nagasaki não atingiu seu alvo designado, os Estaleiros Mitsubishi, causando poucos danos sérios aos estaleiros, ao centro da cidade e à fábrica subterrânea de torpedos, onde os estaleiros teriam voltado à produção normal dentro de três a quatro meses se a guerra continuasse. A bomba destruiu as armas e usinas de aço da Mitsubishi, localizadas perto do ponto de detonação em Urakami, porém, as áreas não militares foram as mais afetadas. A bomba destruiu completamente os hospitais da cidade, a maioria das escolas e praticamente toda a comunidade cristã, de acordo com o primeiro relatório de danos da Prefeitura de Nagasaki, cujas constatações foram confirmadas pela USSBS (HAM, 2014).

Entre as 18 escolas e universidades totalmente destruídas estavam a Faculdade de Medicina de Nagasaki, a Escola de Medicina de Nagasaki, a Escola de Farmácia de Nagasaki, a Escola Municipal de Ensino Médio Keiho Junior, a Escola Nacional Shiroyama, a Escola Nacional Yamazato e a Escola Municipal para surdos. Das milhares de crianças, professores, estudantes, mortos instantaneamente foram 2.375 alunos do ensino secundário e vários milhares de alunos do ensino fundamental (HAM, 2014).

A bomba destruiu ainda os principais hospitais de Nagasaki, concentrados em

<sup>5</sup> A maioria dos médicos e enfermeiros da cidade foi morta ou ferida:

	HIROSHIMA	TOTAL MORTOS COM A BOMBA ATÔMICA
Médicos	298	270
Dentistas	152	132
Médicos de ervas	140	112
Enfermeiros	1.780	1.654 (HAM, 2014, p.410)

Urakami. O Hospital Universitário de Nagasaki, a 730 metros do marco zero, continha mais de 75% dos leitos hospitalares da cidade. Todos desapareceram na explosão, em que nenhum dos pacientes sobreviveu. A Explosão e o incêndio destruíram completamente o Sanatório de Tuberculose da cidade, com a morte de todos dentro. Em um instante, o sistema médico de Nagasaki deixou de existir. A quase completa destruição de instalações médicas e suprimentos nas duas cidades aumentariam o total de mortos, pois milhares de pessoas gravemente feridas morreram porque o tratamento chegou tarde demais (HAM, 2014).

Apesar dos terríveis efeitos sofridos em Hiroshima e Nagasaki, sobretudo nas suas estruturas de saúde e educação, que ainda perdurariam por meses e até anos, poucos alvos que trariam vantagens militares diretas teriam sido destruídos. Porém, o enorme sofrimento da população civil atingida pela nova arma estadunidense trouxeram novos argumentos aos que desejavam o fim da guerra.

#### 4.2 A RENDIÇÃO DE UM IMPÉRIO

A bordo do cruzador Augusta, durante o seu retorno aos Estados Unidos da América, o presidente Truman recebeu a notícia do bombardeio nuclear à cidade de Hiroshima pelo rádio. Naquele mesmo dia, uma notificação previamente preparada de Washington anunciou ao mundo que uma bomba atômica havia sido lançada sobre Hiroshima e advertia aos japoneses que, se não se rendessem, eles poderiam esperar uma chuva de ruína do ar, que nunca tinha sido visto “na Terra” (ART; WALTZ, 2009).

Em 7 de agosto, o embaixador Sato em Moscou recebeu a notícia de que Molotov o encontraria na tarde seguinte. Na hora marcada, ele chegou ao Kremlin, cheio de esperança de que receberia uma resposta favorável à proposta japonesa de mediação soviética com os Aliados para acabar com a guerra. Mas na verdade, ele recebeu a declaração de guerra soviética contra o Japão, em vigor a partir de 9 de agosto. Dessa forma, três meses depois da



rendição da Alemanha, Stalin cumpriria sua promessa aos Aliados. Existiram razões para acreditar que os soviéticos se moveram mais rapidamente do que pretendiam, pois em suas conversas com Harry Hopkins (1890-1946), que foi o conselheiro de política externa e Diplomata estadunidense durante a guerra, em maio de 1945 e em Potsdam, Stalin haveria ligado a entrada soviética na guerra às negociações em andamento com representantes chineses em Moscou. Quando essas negociações fossem concluídas, ele disse que agiria, mas em 8 de agosto, essas negociações ainda estariam em andamento. Enquanto isso, o presidente Truman autorizara o uso da segunda bomba, a última disponível. O objetivo seria Kokura, a data 9 de agosto, porém, o avião que transportava a bomba não conseguiu ultrapassar o alvo primário e atingiu o alvo secundário, Nagasaki. No dia seguinte, o Japão decidiu pela paz (ART; WALTZ, 2009).

Uma hora antes da segunda bomba atômica cair sobre Nagasaki, o conselho dos seis grandes<sup>6</sup> estavam no abrigo sob o Palácio Imperial, onde um debate tedioso sobre como se render à luz da invasão soviética aconteceria naquela pequena sala quente. Até que o Ministro da Marinha, Almirante Yonai (1880-1948) provocou o debate afirmando que o Japão não chegaria a lugar algum permanecendo em silêncio. Em pouco tempo, os defensores das ideias de paz e de guerra se dividiriam igualmente sobre duas possibilidades: 1) render-se de acordo com os termos de Potsdam, desde que o imperador seja preservado; ou 2) se render com quatro condições: que a Casa Imperial permaneça intacta; que as forças japonesas sejam autorizadas a se retirar voluntariamente; que supostos criminosos de guerra sejam julgados pelo governo japonês; e que o território continental do Japão continue livre de ocupação estrangeira. Os moderadores Suzuki, Togo (1882-1950) e Yonai apoiaram o primeiro caminho. Já o linha-dura Anami (1887-1945), Umezu (1882-1949) e Toyoda (1885-1957), o segundo. Anami controlava as forças armadas, cuja classe de oficiais continuaria ferozmente a

---

<sup>6</sup> Conselho Supremo para a Direção da Guerra, formado pelo Primeiro-Ministro, Ministro das Relações Exteriores, Ministro da Guerra, Ministro da Marinha, Chefe do Estado-Maior Geral do Exército e o Chefe do Estado-Maior Geral da Marinha (HAM, 2014, p.168)

resistir a qualquer conversa sobre rendição, onde nada de grande havia ocorrido em Hiroshima para persuadi-los da futilidade de um desafio futuro, pois os militares desprezavam a bomba nuclear como um ataque covarde contra civis indefesos. No final da discussão interminável, agora em sua terceira hora, chegou um mensageiro com a notícia da destruição de Nagasaki, por meio de outra bomba atômica. Os seis grandes fizeram uma pausa, registraram as notícias e retomaram a conversa anterior. Porém, nenhum registro consideraria seriamente o efeito da bomba de Nagasaki, de acordo com a história oficial do Quartel General Imperial. Num esforço para romper o impasse, o secretário de gabinete Sakomizu (1902-1977) propôs uma conferência de gabinete completa mais tarde naquele dia. Começou às 14h30. Durante horas, os 16 membros (incluindo os seis grandes) examinaram a situação de todas as perspectivas, elaboraram seus argumentos e aperfeiçoaram suas antigas referências e argumentações, quando do ataque a Nagasaki. Após sete horas o impasse permaneceu e assim, Suzuki interrompeu momentaneamente a reunião para o jantar. Uma vez que Suzuki tinha o conhecimento da vontade do Imperador, astuciosamente levou ao seu conhecimento o impasse da reunião e solicitou a sua presença no conselho. As 11h50 da noite, o imperador, os seis grandes e o barão Kiichiro Hiranuma (1867-1952), um nacionalista extremista e presidente do Conselho Privado, se reuniram no abrigo imperial. O Secretário de Gabinete Sakomizu leu a Declaração de Potsdam e, um a um, os seis grandes deram suas opiniões, começando pelo ministro das Relações Exteriores, Togo. Mais uma vez, eles estavam tristemente divididos. A União Soviética, a perda da Manchúria, o colapso do Exército Kwantung, estas foram as ameaças e desastres que governaram o debate; estas foram as forças das quais o destino japonês dependia, nas mentes de seus líderes. A destruição de Hiroshima e Nagasaki mal foi mencionada. A miséria do povo japonês afetaria pouco a elite samurai, fascinada pelo sussurro de sua exortação ancestral a morrer com honra, onde a morte súbita de dez homens-chave teria significado maior do que a aniquilação instantânea de dez

mil súditos (HAM, 2014).

O Imperador Hirohito (1901-1989) ficou em silêncio por todo o processo. Um pouco depois das 2 da manhã, o primeiro-ministro Suzuki se levantou, se curvando para Sua Alteza e fazendo uma declaração que mudaria o curso da história japonesa: “A situação é urgente ... Estou, portanto, propondo pedir ao Imperador seu próprio desejo (goseidan: julgamento sagrado). Seu desejo deve resolver o problema, e o governo deve segui-lo” (HAM, 2014, p.383). Sob o costume japonês, o imperador não decidiria nada por si mesmo. Esperava-se que ele seguisse o conselho do governo, em vez de sofrer a indignidade de falar o seu pensamento, o que teria ocorrido apenas uma vez, em 1936, quando Hirohito teria sido convidado a intervir nos assuntos do Estado. Sendo novamente convencido a falar, o que ele diria terminaria ou prolongaria a guerra. Hirohito disse que tinha a mesma opinião que o ministro das Relações Exteriores, ou seja, o Japão deveria se render incondicionalmente, com a única ressalva de que a Casa Imperial devesse persistir (HAM, 2014).

Hirohito disse ao seu conselho:

Disseram-me que temos confiança em nossa vitória, mas a realidade não combina com nossas projeções”, continuou o imperador. “Por exemplo, o ministro da Guerra me disse que as posições de defesa ao longo da costa de Kujukuri Hama estarão prontas até meados de agosto, mas ainda não estão prontas. Também ouvi dizer que não temos mais armas para uma nova divisão. Nessa situação, não há perspectiva de vitória sobre as forças americanas e britânicas... É muito insuportável para mim tirar as armas dos meus leais militares ... Mas chegou a hora de suportar o insuportável, a fim de salvar as pessoas do desastre ...<sup>7</sup> (HAM, 2014, p.384, tradução nossa).

Suzuki definiu que o desejo pessoal de Sua Majestade seria adotado como a decisão da conferência. Os partidários da guerra foram efetivamente silenciados. Hirohito se dignou apenas a expressar seus sentimentos, não para instruir seus súditos. Nem o Imperador mencionou explicitamente as bombas atômicas ou suas vítimas. A preservação da linha imperial ocupou sua mente e essa questão permeava o debate. E ainda, seu julgamento

<sup>7</sup> No original: “I have been told that we have confidence in our victory but the reality doesn’t match our projections,” the Emperor continued. “For example, the War Minister told me that the defense positions along the coast of Kujukuri Hama would be ready by mid-August but it is not yet ready. Also I have heard that we have no more weapons left for a new division. In this situation, there is no prospect of victory over the American and British forces... It is very unbearable for me to take away arms from my loyal military men ... But the time has come to bear the unbearable, in order to save the people from disaster...”

sagrado quebrou a divisão faccional e estabeleceu um precedente extraordinário. Suzuki concluiu a reunião às 3 da manhã, 10 de agosto, horário de Tóquio, e os secretários elaborariam a oferta de rendição (HAM, 2014).

Os termos de rendição enviados pelos japoneses foram refeitos pelos estadunidenses, de maneira que ficasse claro que a continuidade do regime imperial ocorreria pela vontade dos Estados Unidos da América, conforme a Nota Byrnes<sup>8</sup> (HAM, 2014).

O que finalmente teria forçado os japoneses a se renderem? O bombardeio aéreo, o poder naval, a bomba atômica ou entrada soviética na guerra? O inquérito sobre o bombardeio estratégico dos Estados Unidos da América concluiu que o Japão se renderia até o final do ano, sem invasão e sem a bomba atômica. Outras opiniões igualmente informadas sustentavam que foi a bomba atômica que forçou o Japão a se render. O Dr. Karl T. Compton (1887-1954) afirmou que sem o uso da bomba, a guerra teria continuado por muitos meses. O almirante Nimitz acreditava firmemente que o fator decisivo seria a forma perfeita com que a frota do Pacífico bateu o Japão, e o general Arnold afirmou que era o bombardeio aéreo que teria levado o Japão ao colapso. Mas o Major-General Claire Chennault (1890-1958), comandante aéreo em tempo de guerra na China, afirmou que a entrada dos soviéticos na guerra no Extremo Oriente provocou a rendição do Japão e teria feito isso mesmo se nenhuma bomba atômica tivesse sido lançada (ART; WALTZ, 2009).

Seria uma tarefa infrutífera, pesar com precisão a importância relativa de todos os fatores que levaram à rendição japonesa. Não há dúvida de que o Japão teria sido derrotado até o verão de 1945. Mas a derrota não significaria que a classe militar teria desistido; o Exército pretendia lutar e havia elaborado preparativos para a defesa do território. Se o bombardeio aéreo e o bloqueio naval ou a ameaça de invasão teriam produzido uma rendição

---

<sup>8</sup> A partir do momento da rendição, a autoridade do Imperador estará sujeita ao Comando Supremo das Potências Aliadas ... Hirohito emitirá seus comandos a todas as autoridades militares, navais e aéreas japonesas e a todas as forças sob seu controle onde quer que estejam localizadas para cessar suas operações e entregar suas armas ... A forma final do governo do Japão deve ser estabelecida pela vontade livremente expressa do povo japonês (HAM, 2014, p.386).

antecipada e evitado as pesadas perdas, quase que certas, que acompanhariam os desembarques no Japão, é uma questão discutível. Certamente eles teriam um efeito profundo na posição japonesa. É igualmente impossível afirmar categoricamente que apenas a bomba atômica ou a intervenção soviética, isoladamente, foi o fator decisivo para pôr fim à guerra. Tudo o que poderia ser dito sobre a evidência disponível é que o Japão foi derrotado no sentido militar em agosto de 1945 e que o bombardeio de Hiroshima, seguido pela declaração de guerra da União Soviética e então o bombardeio de Nagasaki e a ameaça de ainda mais bombardeios, agiram como agentes catalíticos para produzir a decisão japonesa de se render. Juntos, eles criaram uma crise tão extrema, que o próprio imperador, em um movimento sem precedentes, tomou as coisas em suas próprias mãos e ordenou que seus ministros se rendessem. Se qualquer outro conjunto de circunstâncias teria resolvido a crise e produzido a decisão final de se render é uma questão que a história ainda não poderia responder (ART; WALTZ, 2009).

Analisando os dados apresentados, podemos afirmar que os efeitos posteriores aos lançamentos das bombas nucleares nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki foram de proporções inimagináveis, até aquele momento, tamanha a destruição e morte que causaram. Porém, seus efeitos ainda não haviam sido sentidos na sua plenitude, até o momento em que a guerra foi encerrada, poucos dias após o segundo lançamento, em Nagasaki. Efeitos esses, que ainda seriam sentidos por muito tempo, levando a óbito milhares de pessoas, fruto da radioatividade dispersada. O encerramento tempestivo da guerra nos remete a pensar em outros fatores, igualmente importantes, que ocorriam simultaneamente aos lançamentos das bombas atômicas, e que após as sucessivas derrotas japonesas no Pacífico, contribuiriam sensivelmente para a rendição japonesa, como a recusa da União Soviética em mediar os termos da rendição japonesa junto aos aliados e sua subsequente declaração de guerra ao Japão, o forte indício de que os termos da Declaração de Potsdam seriam degradados com o

tempo e a possibilidade de influência soviética no Japão pós-guerra, caso o conflito se estendesse. Os ataques nucleares, certamente não foram o principal fator a definir a decisão japonesa pela rendição nos termos da Declaração de Potsdam, mas as fragilidades nas defesas aérea e antiaérea das cidades japonesas, combinadas com os efeitos devastadores causados pelas bombas nucleares, contribuíram de maneira a levar o Imperador Hirohito a decisão final de encerrar a guerra, evitando assim, um pesado e desnecessário sofrimento do seu povo, cuja força seria necessária na reconstrução do Império.

## 5 CONCLUSÃO

Analisando os dados apresentados nos capítulos anteriores, podemos apresentar algumas conclusões, para responder à questão formulada no início deste trabalho, onde buscamos identificar pontos de aderência da rendição do Japão, após os bombardeios de Hiroshima e Nagasaki, ao final da Segunda Guerra Mundial, com a teoria do Bombardeio Estratégico, formulada por Giulio Douhet.

Tendo em vista os aspectos observados, podemos enumerar alguns conceitos de Giulio Douhet, utilizando-os como base para a análise dos bombardeios nucleares às cidades de Hiroshima e Nagasaki, ao final da Segunda Guerra Mundial, verificando as aderências que ocorreriam desde os fatores que levaram à decisão do uso dessa arma, por parte dos Estados Unidos da América, até os fatores que levariam a rendição japonesa após os referidos ataques.

Em vista dos argumentos apresentados sobre parte da teoria de Giulio Douhet, objeto de estudo neste trabalho, podemos concluir que o ataque ao solo por meio de bombardeio aéreo deve ter o seu início na correta seleção de alvos, de acordo com os efeitos desejados, podendo variar desde alvos tipicamente militares, até alvos civis. As bombas utilizadas deveriam ser divididas em explosivas, incendiárias e venenosas, dando sempre maior prioridade para as venenosas, pois dessa forma, as áreas atacadas sofreriam com a onda de choque inicial da explosão, com o incêndio subsequente oriundo das bombas incendiárias e permaneceriam inacessíveis devido ao produto das bombas venenosas, impedindo assim a aproximação de equipes de socorro e combate aos sinistros, além da morte por intoxicação de toda vida humana dentro do raio de ação dessas bombas, assegurando a total destruição da área selecionada, incluindo as pessoas ali presentes. Uma vez conquistado o domínio do ar, o inimigo seria incapaz de defender com eficácia o seu território de ataques aéreos, o que, já traria enorme abalo ao seu moral. Mas os ataques direcionados a alvos civis, em que ocorreria a destruição das estruturas, como edifícios residenciais, escolas, hospitais, etc., além das

peessoas dentro da área de destruição definida, sem a possibilidade de defesa, resultariam em grande temor em toda a população, pois as fragilidades na defesa, por parte das forças armadas, expostas, nada poderia garantir que seus respectivos centros urbanos não seriam os próximos alvos, gerando assim, uma pressão interna para que o inimigo desista do combate.

Levando-se em conta o que foi observado, sobre os fatores que permearam a decisão estadunidense quanto ao emprego da bomba atômica contra o Japão, além dos seus respectivos efeitos desejados, podemos concluir que alguns desses fatores tiveram perfeita aderência à teoria abordada, onde destacaremos os seguintes:

- 1) Os efeitos físicos da bomba atômica eram exatamente os previstos na teoria abordada, porém combinados em uma única carga, capaz de gerar uma onda de choque inicial com a explosão, seguido de incêndios de materiais inflamáveis dos alvos e uma aterrorizante intoxicação por meio da radiação dispersada;
- 2) A seleção de alvos priorizou áreas centrais urbanas, contendo edifícios residenciais, escolas, hospitais, etc, em consonância com a teoria abordada, de maneira que ocorresse uma total destruição na área atacada, envolvendo as estruturas e a população civil; e
- 3) Os efeitos desejados com os ataques nucleares eram os mesmos abordados na teoria supramencionada, ou seja, o abalo do moral da população e por consequência, dos governantes, de maneira que os japoneses se rendessem em seguida, abreviando assim a guerra, evitando a perda de milhares de vidas em ambos os lados, caso a guerra prosseguisse.

Tendo em vista os aspectos observados neste trabalho, podemos concluir que os principais fatores que levaram a decisão pelo emprego da bomba atômica foram: o fato de possuí-la, somado às apreciações da inteligência, que garantiam que o seu uso abreviaria a guerra; e a possibilidade de entrada da União Soviética na guerra, fato que daria a eles o direito a reivindicar a ocupação e influência no Japão pós-guerra, caso viesse a contribuir significativamente para a rendição. Porém, podemos afirmar que o fator comum a ambas era a



importância do tempo, pois era extremamente vantajoso aos Estados Unidos da América, que a guerra terminasse o quanto antes e o uso das bombas atômicas poderiam levá-los a alcançar este objetivo.

Podemos ainda concluir que em relação aos efeitos posteriores aos lançamentos das bombas atômicas e à rendição do Japão, analisando o ponto de vista japonês, foi observado uma aderência parcial à teoria abordada, onde destacaremos os seguintes:

- 1) Os bombardeios nucleares realizados em Hiroshima e Nagasaki ocorreram com pouca ou nenhuma oposição aérea, expondo as fragilidades nas defesas aéreas japonesas, evidenciando uma superioridade aérea local estadunidense, o que podemos considerar como um certo grau do domínio do ar, anterior aos bombardeios que seriam planejados como definitivos para o final da guerra, conforme está previsto na teoria abordada; e
- 2) A decisão pela rendição japonesa ocorreu na sequência dos lançamentos das bombas nucleares, o que, de acordo com o nosso estudo, seria apenas um dos fatores que contribuíram para que a referida rendição ocorresse, porém, ficou claro que o moral da população e dos militares não ficou abalado ao ponto de que esses grupos exercessem qualquer tipo de pressão pela rendição. Mas nas análises dos decisores, ficou igualmente claro que a possibilidade de futuros ataques nucleares, ao custo de pesadas perdas e sofrimento na população, foi um dos fatores considerados pelos que defendiam a rendição japonesa. Nessa análise, consideramos que ocorreu uma aderência parcial a teoria abordada, uma vez que não podemos afirmar que os bombardeios nucleares foram o principal fator a levar o Japão a decisão de desistir do combate.

Pelas ideias apresentadas, podemos concluir que as consequências posteriores aos lançamentos das bombas atômicas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, apesar de catastróficas, e desconhecidas até aquele momento, ainda seriam agravadas ao longo do tempo, de forma que não chegaram ao seu auge até o momento da rendição japonesa. Esta

rendição poucos dias após o segundo lançamento, na cidade de Nagasaki, nos leva a uma análise de que outros fatores, tão ou mais importantes, que ocorreram poucos meses antes, como as sucessivas derrotas japonesas no Pacífico, e simultaneamente aos lançamentos das bombas atômicas, contribuíram claramente para a rendição japonesa, como a recusa da União Soviética em mediar os termos da rendição junto aos aliados e sua subsequente entrada na guerra, a possibilidade que os termos da Declaração de Potsdam fossem degradados com a insistência na manutenção da guerra e a eventualidade da influência soviética no Japão pós-guerra, caso a guerra continuasse por mais tempo.

Isso posto, concluímos que a rendição do Japão, após os bombardeios nucleares de Hiroshima e Nagasaki, ao final da Segunda Guerra Mundial, tiveram aderência parcial ao antecipado na teoria do Bombardeio Estratégico, formulada por Giulio Douhet, sobretudo nos fatores que levaram os Estados Unidos da América a essa decisão, porém, ainda nos dias atuais, não é possível afirmar que os referidos bombardeios foram os fatos mais relevantes para a decisão do Japão pela rendição, descaracterizando assim, a perfeita aderência a referida teoria apresentada.

Finalmente, avaliamos que a relevância do trabalho reside nas observações das teorias clássicas, comparadas com casos concretos de conflitos contemporâneos, nos auxiliam a ter um melhor entendimento e retirar lições importantes, para futuras aplicações, ou mesmo para que possamos reconhecer determinadas ações prévias por parte do inimigo e assim frustrá-las o mais cedo possível. Assim, sugerimos como uma futura linha de pesquisa, a exploração dos efeitos dissuasórios de forças armadas de relevância internacional de determinado Estado nas suas relações internacionais, comparado com alguma teoria clássica, verificando as possíveis aderências e retirando lições úteis para argumentos militares junto ao governo.

## REFERÊNCIAS

ART, Robert J.; WALTZ Keneth N. **THE USE of force: military power and international politics**. 7.ed. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2009. 529p.

DOUHET, Giulio. **O domínio do ar**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. 286 p.

FRANÇA, Lessa Júnia; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. 255 p.

HAM, Paul. **Hiroshima Nagasaki: The Real Story of the Atomic Bombings and Their Aftermath**. St. Martin's Press (Kindle Edition), 2014. 641p.

HERSEY, John. **Hiroshima**. 5.reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 172p.

MAGNOLI, Demétrio (Org). **História das guerras**. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007. 479p.